

Banco VR S.A.

**Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2021**



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Senhores Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. ("Banco") correspondentes às atividades desenvolvidas durante os semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria.

A Instituição:

O Banco opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comerciais e de crédito, financiamento e investimento, especializado, em assessoria financeira e estratégica, produtos de tesouraria e investimentos.

Inicialmente concebido para oferecer produtos financeiros, principalmente na área de crédito, para clientes e parceiros do Grupo VR, o Banco ao longo de sua história desempenhou papel estratégico suportando a empresa VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A em suas operações de Benefícios PAT e de Processamento e Captura de Transações.

O Banco possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,57% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,43% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Os recursos captados pela instituição são aplicados substancialmente em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Em um cenário de estresse, a instituição possui capacidade de liquidação de 100% de suas obrigações com clientes.

O Banco utiliza um sistema para controle mensal das posições de risco ao planejamento de novos negócios para monitoramento e controle do capital, neste sistema, utilizamos a parametrização de cenários (carteiras e índices econômicos), com objetivo de simular as peças contábeis e a "Basileia" em um horizonte de 5 anos.

O Banco estima que seus produtos de tesouraria e investimentos, tenham um crescimento, baseado no mercado monetário que envolve operações de curto prazo, negociando os papéis emitidos pelo Tesouro Nacional e CDI por instituições privadas.

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

Em 14 de agosto de 2020, o Banco central do Brasil aprovou a redução do capital, de R\$ 146.248 para R\$ 93.738, com uma redução, portanto, de R\$ 52.510, por julgar o capital do Banco excessivo em relação ao seu objeto social. Em contraprestação à redução de capital ora aprovada, o valor total correspondente à redução do capital social do Banco foi restituído de forma proporcional ao seu acionista controlador SZAJMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

Em 30 junho de 2021, não foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

A Administração



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Acionistas e Administradores do

Banco VR S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco VR S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco VR S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que substancialmente as operações do Banco VR S.A. são realizadas com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

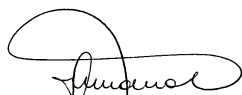
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

BANCO VR S.A.BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
Disponibilidades (nota 4)	301	662	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos	390.876	361.715
Instrumentos financeiros	439.991	404.287	Depósitos (nota 12)	389.700	361.713
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5)	328.120	296.257	Obrigações por operações compromissadas	294	-
Títulos e valores mobiliários (nota 6)	-	2.340	Relações interfinanceiras	876	-
Relações interfinanceiras (nota 7)	111.871	105.690	Relações interdependências	6	2
Outros instrumentos financeiros	17.542	17.719	Outros passivos (nota 13)	42.573	33.075
Outros créditos (nota 8)	17.542	17.719	Cobrança e arrecadação de tributos Sociais e estatutárias	25 148	5 262
Outros Ativos	1.920	1.920	Fiscais e previdenciárias (nota 15)	13.358	12.561
Outros valores e bens (nota 9)	1.920	1.920	Diversas	29.042	20.247
Investimentos	5.142	5.195	Patrimônio líquido (nota 17)	31.476	35.021
Participação em controlada no país (nota 10)	5.137	5.190	Capital de domiciliados no país	93.738	93.738
Outros investimentos	5	5	Reservas	8.310	8.310
Imobilizado (nota 11)	29	28	Outros Resultados Abrangentes	-	74
Outras imobilizações de uso (Depreciação acumulada)	207 (178)	201 (173)	Prejuízos acumulados	(70.572)	(67.101)
Intangível	-	-			
Gastos com implantação (Amortização acumulada)	165 (165)	165 (165)			
TOTAL DO ATIVO	464.925	429.811	TOTAL DO PASSIVO	464.925	429.811

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receitas da intermediação financeira	3.700	7.666
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	3.700	7.666
Despesas da intermediação financeira	(4.343)	(8.253)
Operações de captação no mercado	(4.343)	(8.253)
Resultado bruto da intermediação financeira	(643)	(587)
Outras receitas operacionais	4.555	7.506
Receitas de prestação de serviços (nota 18)	3.914	5.456
Resultado de participação em controlada (nota 10)	(53)	(261)
Outras receitas operacionais (nota 20)	694	2.311
Outras despesas operacionais	(7.359)	(6.183)
Despesas com provisões operacionais	-	(1)
Despesas de pessoal	(1.881)	(1.849)
Outras despesas operacionais (nota 21)	(1.278)	(532)
Outras despesas administrativas (nota 19)	(3.990)	(3.469)
Despesas tributárias	(210)	(332)
Resultado operacional	(3.447)	736
Resultado não operacional	(24)	(3)
Resultado antes da tributação	(3.471)	733
Imposto de renda e contribuição social (nota 14)	-	(304)
Provisão de IRPJ e CSLL	-	(304)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(3.471)	429
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações - R\$	(0,91)	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(3.471)	429
Outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários	<u>(74)</u>	<u>(32)</u>
Resultados abrangentes do semestre	<u>(3.545)</u>	<u>397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

		Reservas				
	Capital realizado	Reservas de capital	Reserva legal	Outros resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	146.248	543	7.746	149	(65.516)	89.170
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(32)	-	(32)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	429	429
Destinação do lucro líquido:						
Reserva legal	-	-	21	-	(21)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	146.248	543	7.767	117	(65.108)	89.567
Saldos em 31 de dezembro de 2020	93.738	543	7.767	74	(67.101)	35.021
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(74)	-	(74)
Prejuízo do semestre	-	-	-	-	(3.471)	(3.471)
Saldos em 30 de junho de 2021	93.738	543	7.767	-	(70.572)	31.476

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (METODO INDIRETO)
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E DE 2020
(Valores expressos em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido (prejuízo) ajustado do semestre	(2.782)	718
Lucro líquido (prejuízo) do semestre	(3.471)	429
Ajustes ao lucro líquido (prejuízo) do semestre		
Depreciações e amortizações	5	5
Resultado de participação em controlada	53	261
Ajuste ao valor de mercado - TVM	(74)	-
Provisões para contingências	705	23
Varição em Ativos e Passivos Operacionais - (Aumento) / Diminuição	(12.078)	(8.015)
(Aumento) redução das aplicações em operações compromissadas	(46.359)	(75.330)
(Aumento) redução das aplicações em depósitos interfinanceiros	(9)	7.598
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	2.340	(12)
(Redução) aumento de depósitos	27.987	31.847
(Aumento) obrigações por operações compromissadas	294	-
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências	(5.301)	26.779
(Aumento) redução de outros créditos	177	(219)
(Aumento) redução de outros valores e bens	-	(1.920)
(Redução) aumento de outros passivos	8.793	3.242
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(14.860)	(7.297)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6)	-
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(6)	-
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(14.866)	(7.297)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	16.201	8.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	1.335	1.396
Diminuição do caixa e equivalentes de caixa	(14.866)	(7.297)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO VR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco VR S.A. (“Banco”) opera como banco múltiplo, na forma da Resolução nº 1.524/88 do Banco Central do Brasil - BACEN, autorizado a desenvolver suas operações através das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

O Banco possui 4 acionistas, sendo o majoritário Szajman Participações Societárias S.A com 99,42% de participação.

Atualmente o Banco opera com a antecipação de recebíveis a empresas ligadas além da aplicação em operações de alta liquidez no mercado (Compromissadas/Selic). Possui como principal fonte de captação CDB's indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,57% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores e 99,43% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo.

Atualmente as operações de captações do Banco são realizadas substancialmente com partes relacionadas, vide nota 22. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas aos normativos expedidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

a. Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

As Resoluções CMN nº 4.720/2019 e BCB nº2/2020, foram incluídas nas Demonstrações Financeiras do Banco VR S/A com o objetivo principal de trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). Desta forma, o Banco realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2021 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos que as principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade (conforme art 23º da Resolução BCB nº 2/200, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário); os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram

apresentadas; e a inclusão da evidenciação em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes e a Demonstração do Resultado Abrangente.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais mil (R\$), moeda funcional do Banco.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) **Caixa e equivalentes de caixa**

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes a períodos futuros são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas e taxas flutuantes são atualizadas até a data do balanço.

c) **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São avaliadas pelo montante aplicado acrescido dos rendimentos incorridos até a data dos balanços. É constituída provisão para ajuste a valor de mercado, quando aplicável.

d) **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.068/2001, foram classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais estão avaliados pelos seus valores de mercado, em contrapartida à destacada conta do patrimônio líquido denominada “ajustes de avaliação patrimonial”.

e) **Outros créditos**

São representados substancialmente por depósitos judiciais registrados por seus valores históricos.

f) **Outros valores e bens**

Outros valores e bens referem-se, a bens não de uso próprio, composto por um imóvel dado como garantia de uma operação de crédito antiga. Imóvel está mensurado por avaliação de mercado.

g) Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

h) Imobilizado de uso

É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da entidade, decorrentes de operações que transferem à entidade os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens.

i) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização dos gastos de organização e expansão é calculada pelo método linear, a taxa anual de 10%.

j) Valor recuperável de ativos

A Resolução CMN nº 3.566/2008, dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC nº 01, de 14.09.2007, do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores registrados em investimentos.

k) Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela resolução nº 3.823 do BACEN de 16 de dezembro de 2009.

Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis ou possíveis pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizados com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições.

l) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 15% em 2014 e de janeiro a agosto de 2015, e 20% a partir de 1º de setembro de 2015, conforme a Medida Provisória 675, de 21 de maio de 2015, convertida na Lei n.º 13.169 em 06 de outubro de 2015.

Conforme artigo 32 da Emenda Constitucional nº 103/19, a contribuição social do crédito tributário, de bancos de qualquer espécie, a partir de 1º de março de 2020, deve ser constituída à alíquota de 20%.

Em 01 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho a dezembro de 2021.

m) Estimativas contábeis

A preparação das informações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa, perdas por *impairment* e dos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros

ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

n) Controle gerenciamento de risco

Para atender a Resolução 4.557/17, o Banco VR S.A dispõe de estruturas de gerenciamento de Riscos.

Risco Operacional: O Banco tem uma política de risco operacional e uma estrutura que permite mapear os riscos e registrar incidentes, está criando uma base de dados e todos os riscos são gerenciados de maneira organizada.

Risco de Mercado e Liquidez: O Banco tem uma política de gerenciamento do risco de mercado e um comitê, vinculado a sua presidência, que acompanha e define as ações a serem adotadas; na sua composição há um elemento externo à organização. Há limites de exposição máxima de VaR, estresse, descasamento e liquidez mínimos. Há uma gerência de riscos, que se reporta a esse comitê, que monitora diariamente os níveis de exposição.

Risco de Crédito: O Banco tem um comitê que analisa todas as operações, fixa limites e acompanha a evolução das exposições.

Gerenciamento de Capital: O Banco tem Políticas e estruturas adequadas que permite identificar, mensurar, avaliar, monitorar e controlar as projeções e resultados financeiros que podem impactar o seu capital.

Ouvidoria: Foi instituído o componente organizacional de Ouvidoria atendendo o disposto na Resolução 4.433 do Banco Central, cuja finalidade é de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor e bem como atuar como canal de comunicação entre a instituição e seus clientes, inclusive na mediação de conflitos.

o) Resultado recorrente / não recorrente

Em nossas políticas internas consideramos como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participar de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o prejuízo do Banco no semestre de 2021, no montante de R\$ 3.471 mil, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Disponibilidades	301	662
Aplicações em operações compromissadas (*)	<u>1.034</u>	<u>15.539</u>
	<u>1.335</u>	<u>16.201</u>

(*) Estão sendo classificados como caixa e equivalentes de caixa, somente os montantes de aplicações que possuem conversibilidade imediata em caixa, que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2020</u>
Aplicações no mercado aberto – posição bancada (b)	<u>323.100</u>	<u>291.246</u>
Letras do tesouro nacional	173.098	232.256
Letras financeiras do tesouro	50.004	58.990
Notas do tesouro nacional	99.998	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>5.020</u>	<u>5.011</u>
Certificados de depósito interfinanceiro (a)	<u>5.020</u>	<u>5.011</u>
	<u>328.120</u>	<u>296.257</u>

(a) As aplicações com depósitos interfinanceiros possuem rendimentos de 105,5% a.a. do CDI (2020 – 105,5% a.a. do CDI), com vencimentos em 23/08/2021 (2020 – 04/01/2021 a 17/05/2021).

(b) As aplicações no mercado aberto são compostas por operações compromissadas com lastro em títulos públicos e possuem vencimento até 90 dias.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não possui títulos e valores mobiliários registrados em 30 de junho de 2021 (2020 – 2.340).

Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria

<u>Valor de Custo Atualizado</u>	<u>31/12/2020</u>			<u>Ajuste valor de mercado contrapartida do PL</u>
	<u>Até 360 dias</u>	<u>Após 360 dias</u>	<u>Total</u>	

Títulos disponíveis para venda:

Notas do Tesouro Nacional (*)	<u>2.266</u>	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>2.340</u>	<u>74</u>
	<u>2.266</u>	<u>2.340</u>	<u>-</u>	<u>2.340</u>	<u>74</u>

Rendimentos contratados dos papéis

(*) Possui rendimentos indexados ao IPCA+5,66% ao ano em 2020.

Os títulos públicos encontram-se custodiados na Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia.

O Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar (*)	111.626	105.516
Créditos vinculados	60	41
Correspondentes	<u>185</u>	<u>133</u>
Total	<u>111.871</u>	<u>105.690</u>
Curto prazo	111.871	105.690

(*) Valores a receber junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S/A., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

8. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Devedores por depósitos em garantia (nota 16.a)	16.402	16.545
Imposto de renda a compensar	912	898
Valores a receber	96	90
Outros	<u>132</u>	<u>186</u>
	<u>17.542</u>	<u>17.719</u>
Curto prazo	1.140	1.174
Longo prazo	16.402	16.545

9. OUTROS VALORES E BENS

Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 referente a uma operação já baixada para prejuízo, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

10. INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADA E CONTROLADA EM CONJUNTO NO PAÍS

a) Participação em controladas no país

	VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Controlada		VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A (*) Controlada em conjunto	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	29/02/2020
	% de participação	95,46%	95,46%	-
Capital social				
Patrimônio Líquido	5.384	5.438	-	169.199
Lucro Líquido	(56)	(54)	-	(758)
Valor contábil do investimento	5.137	5.190	-	52.510

(*) Em 14 de agosto de 2020, foi aprovada pelo Banco Central do Brasil a redução do capital social do Banco mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. de 29 de fevereiro de 2020, o que representou R\$ 52.510.

b) Resultado de participação em controladas

	30/06/2021	30/06/2020
VR Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	(53)	(26)
VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.	-	(235)
	<u>(53)</u>	<u>(261)</u>

11. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação	30/06/2021			31/12/2020		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
		corrigido	acumulada		corrigido	acumulada	
Instalações	10	45	(45)	-	45	(45)	-
Máquinas e equipamentos	10	53	(51)	2	53	(50)	3
Móveis e equipamentos	10	9	(9)	-	9	(8)	1
Equipamentos de informática	20	<u>100</u>	<u>(73)</u>	<u>27</u>	<u>94</u>	<u>(70)</u>	<u>24</u>
Total		<u>207</u>	<u>(178)</u>	<u>29</u>	<u>201</u>	<u>(173)</u>	<u>28</u>

12. DEPÓSITOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos à vista	1.041	16.119
Depósitos a prazo	383.411	340.271
Depósitos interfinanceiros	<u>5.248</u>	<u>5.323</u>
	<u>389.700</u>	<u>361.713</u>
Curto Prazo	1.084	17.742
Longo Prazo	388.616	343.971

A principal fonte de captação são CDB's pré-fixados indexados ao CDI, sendo aproximadamente 0,57% do volume de captação emitidos aos seus Acionistas/Controladores, 99,43% emitidos a Empresas Ligadas ao Grupo (nota 22).

13. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para impostos e contribuições a recolher	177	182
Provisão para riscos fiscais (notas 16.b)	13.180	12.379
Provisão para riscos trabalhistas (nota 16.b)	138	234
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 16.b)	275	275
Provisão para pagamentos a efetuar	489	550
Valores a pagar a sociedades ligadas (a)	4.879	4.879
Pagamento a fornecedor (b)	23.260	14.308
Outros	<u>176</u>	<u>268</u>
	<u>42.574</u>	<u>33.075</u>
Curto prazo	28.981	20.187
Longo prazo	13.593	12.888

a) O Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foi instituído pela Lei No. 13.496/17. Em conformidade com o art. 2º., parágrafo 2º, o Banco utilizou Prejuízo Fiscal de Base Negativa de sua controladora, Szajman Participações Societárias S.A. para pagamento de seus débitos perante a RFB, desta forma, o Banco possui um valor a pagar a sua controladora referente a aquisição desses créditos.

b) Valores referentes a pagamentos a serem realizados aos Ecs (estabelecimentos comerciais),

devido a compra dos recebíveis, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. .

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do semestre:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações	(3.471)	733
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.562	(330)
Adições (exclusões):	<u>(301)</u>	<u>26</u>
Resultado de participação em controlada	(24)	117
Outras	<u>(277)</u>	<u>(91)</u>
Imposto de renda e contribuição social	-	304

Em 30 de junho de 2021 não foram constituídos créditos tributários do Banco VR S/A decorrente de prejuízo fiscal e base negativa no valor de R\$ 11.875.

15. OUTROS PASSIVOS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos e contribuições a recolher	178	182
Provisão para riscos fiscais (nota 16.b)	<u>13.180</u>	<u>12.379</u>
	<u>13.358</u>	<u>12.561</u>
Curto Prazo	177	182
Longo Prazo	13.180	12.379

16. PROVISÃO, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Devedores por depósitos em garantia

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 01 de janeiro de 2020	<u>11.571</u>	<u>1.162</u>	<u>250</u>	<u>12.983</u>
Depósitos	4.644	18	-	4.662
Baixas por pagamento	<u>-</u>	<u>(1.100)</u>	<u>-</u>	<u>(1.100)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>16.215</u>	<u>80</u>	<u>250</u>	<u>16.545</u>
Depósitos	-	-	-	-
Baixas por pagamento	<u>(66)</u>	<u>(77)</u>	<u>-</u>	<u>(143)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>16.149</u>	<u>3</u>	<u>250</u>	<u>16.402</u>

b) Provisão para riscos e obrigações legais por natureza

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos fiscais (nota 13)	13.180	12.379
Provisão para riscos trabalhistas (nota 13)	138	234
Provisão para outros riscos – cíveis (nota 13)	<u>275</u>	<u>275</u>
Total	<u>13.593</u>	<u>12.888</u>

c) Movimentação das provisões para riscos e obrigações legais

	<u>Fiscais</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2020	12.293	1.262	275	13.830
Constituição	86	175	-	261
Baixas	<u>-</u>	<u>(1.203)</u>	<u>-</u>	<u>(1.203)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>12.379</u>	<u>234</u>	<u>275</u>	<u>12.888</u>
Constituição (1)	970	45	-	1.015
Baixas (2)	<u>(169)</u>	<u>(141)</u>	<u>-</u>	<u>(310)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>13.180</u>	<u>138</u>	<u>275</u>	<u>13.593</u>

1) Valor referente a constituição de provisão registrada em outras despesas operacionais (nota nº21 a).

2) Reversão de provisão de riscos cíveis e trabalhistas, devido a encerramento de processos, registrado em outras receitas operacionais (nota nº.20).

Riscos Trabalhistas

São ações movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas. As ações são controladas

individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência, no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas, na fase processual de cada ação e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Riscos Cíveis

São ações judiciais movidas de caráter indenizatórios e relativas a indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, basicamente, com protesto indevido, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito.

As ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito classificação de acordo com os assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, a lei, a jurisprudência e levam em conta as datas esperadas de pagamento.

Riscos Fiscais e Obrigações Legais Tributárias

Riscos Fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados do período e contabilizados em "Outras Despesas Operacionais". O principal processo é:

- ✓ IRPJ - Correção Monetária do IRRF, ocorrido em 1991, pela legislação vigente neste ano, para ser compensado com o IRPJ em 1992, ano-base 1991.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os processos existentes e os respectivos depósitos judiciais e provisões constituídas são resumidos a seguir:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial	Quantidade de Ações	Provisão contábil	Depósito judicial
Fiscais						
Provável	1	3.265	1.906	1	3.224	1.906
Possível (*)	1	929	4.644	2	169	4.710
Remota (*)	3	8.986	9.599	1	8.986	9.599
Trabalhista						
Provável	3	138	3	5	234	80
Cíveis						
Possível (*)	-	-	-	-	-	-
Remota (*)	3	275	250	3	275	250
Ativo não Circulante	-	-	16.402	-	-	16.545
Passivo não Circulante	-	13.593	-	-	12.888	-

(*) As probabilidades de perdas das referidas causas são consideradas pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotas, no entanto, ou por possuírem depósitos judiciais ou por fatores específicos, são considerados pela Administração como processos com indicativos de risco de perda provável para o Banco, tendo a mesma julgado adequada a constituição de provisão para contingências.

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social está representado em 30 de junho de 2021 por 3.808.236 ações ordinárias (3.808.236 ações ordinárias em 2020), sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por

acionistas domiciliados no País, no montante de R\$ 93.738 (R\$ 93.738 em 2020).

Em 14 de agosto de 2020, o Banco central do Brasil aprovou a redução do capital, de R\$ 146.248 para R\$ 93.738, com uma redução, portanto, de R\$ 52.510, por julgar o capital do Banco excessivo em relação ao seu objeto social. Em contraprestação à redução de capital ora aprovada, o valor total correspondente à redução do capital social do Banco foi restituído de forma proporcional ao seu acionista controlador SZAJMAN PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A. mediante entrega de 52.509.987 ações ordinárias nominativas representativas do capital da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido semestral como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral.

18. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendas por serviço de pagamento (a)	1.576	3.326
Rendas de tarifas bancárias	2.337	2.129
Outras	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>3.914</u>	<u>5.456</u>

(a) Receitas auferidas através de contrato firmado, junto a VR Benefícios e Serviços de Processamento Ltda., atribuídas ao Banco pela realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos comerciais) a partir da compra dos recebíveis dos ECs pelo Banco.

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Despesas de aluguéis	94	91
Despesas de comunicações	87	59
Despesas de processamento de dados	1.450	1.381
Despesas de serviços de terceiros	734	550
Despesas de serviços de vigilância e segurança	89	141
Despesas de serviços de técnicos e especializados	636	336
Despesas de publicações	145	125
Despesas de serviços do sistema financeiro	631	671
Despesas de amortização e depreciação	5	5

Outras	<u>119</u>	<u>110</u>
	<u>3.990</u>	<u>3.469</u>

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Reversão de provisões diversas	262	129
Reversão de provisões trabalhistas e cívéis	310	102
Remuneração de impostos a compensar	14	6
Ganhos de processos judiciais (a)	108	2.073
Outras	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>694</u>	<u>2.311</u>

(a) Em 02 de janeiro de 2020, o Banco VR S.A. recebeu um imóvel no valor R\$ 1.920 como garantia de uma operação de crédito antiga, tal bem está registrado como BNDU (Bens não de uso próprio).

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Provisão para riscos fiscais (a)	1.015	180
Obrigações legais	158	323
Acordo de processos e baixa por pagamento (b)	79	27
Outras	<u>26</u>	<u>2</u>
	<u>1.278</u>	<u>532</u>

(a) Valor referente a constituição de provisão para riscos fiscais (nota nº.16 c).

(b) Refere-se principalmente a resgate de depósitos judiciais da contraparte conforme acordos celebrados em ações trabalhistas.

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Em 30 de junho de 2021, a remuneração total do pessoal chave da administração foi de R\$ 70 (R\$ 66 em 2020), a qual é considerada benefício de curto prazo.

b) Operações de Crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

Não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere aos prazos de vencimento e às taxas de remuneração pactuadas. Os saldos podem ser resumidos como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2020</u>
	Ativo	Receitas	Ativo	Receitas
	(passivo)	(despesas)	(passivo)	(despesas)
SZAJMAN PARTICIPAÇÕES				
SOCIETÁRIAS S.A. (Controladora)				
Depósitos à vista	(14)	-	(6)	-
Captações em depósitos a prazo	(1.546)	(16)	(1.567)	(25)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-
VR DTVM LTDA. (Controlada)				
Depósitos à vista	(133)	-	(114)	-
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.249)	(66)	(5.323)	(92)
VR ALUGUEIS E SERVICOS S.A.				
(Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(11)	-	(35)	-
Captações em depósitos a prazo	(47.581)	(504)	(48.760)	(503)
VR BENEFÍCIOS E SERV. DE PROC.				
S/A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(262)	-	(14.977)	-
Captações em depósitos a prazo	(253.050)	(2.679)	(232.827)	(6.191)

VR ADM.ASS.CORRETAGEM				
SEGUROS LTDA. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(4)	-	(13)	-
Captações em depósitos a prazo	(36)	(1)	(5)	(1)
MORUMBI DO BRASIL PROJETOS				
IMOB. S.A (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(22)	-	(13)	-
Captações em depósitos a prazo	(792)	(8)	(403)	-
VR PRESTAÇÃO DE SERV. ADM.				
LTDA. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(37)	-	(17)	-
Captações em depósitos a prazo	(1.337)	(14)	(875)	(7)
VR ASSESSORIA DE INVESTIMENTOS				
LTDA. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(11)	-	(15)	-
Captações em depósitos a prazo	(2.285)	(24)	(3.859)	(7)
SMART.NET HOLDINGS S.A. (Parte				
Relacionada)				
Depósitos à vista	(14)	-	(5)	-
Captações em depósitos a prazo	(361)	(4)	(363)	(6)
VR DESENVOLVIMENTO DE				
NEGOCIOS S.A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(15)	-	(8)	-
Captações em depósitos a prazo	(17.728)	(187)	(344)	(5)
VR IMOVEIS E SERVIÇOS LTDA. (Parte				
Relacionada)				
Depósitos à vista	(16)	-	(80)	-
Captações em depósitos a prazo	(9.490)	(100)	(9.938)	(105)
VR HOLDINGS S.A. (Parte Relacionada)				
Depósitos à vista	(18)	-	(64)	-
Captações em depósitos a prazo	(48.519)	(514)	(36.053)	(862)
Outras empresas do grupo				
Depósitos à vista	(78)	-	(29)	-
Captações em depósitos a prazo	(32)	(1)	(1)	-
Acionistas e seus familiares:				
Depósitos à vista	(400)	-	(739)	-
Captações em depósitos a prazo	(655)	(7)	(5.276)	(158)
TOTAL				

Depósitos à vista	(1.035)	-	(16.115)	-
Captações em depósitos a prazo	(383.412)	(4.059)	(340.271)	(7.870)
Captações em depósitos interfinanceiros	(5.249)	(65)	(5.323)	(92)
Valores a pagar a sociedades ligadas	(4.879)	-	(4.879)	-

23. ACORDO DA BASILEIA

O BACEN emitiu em 1º de março de 2013, cuja vigência se deu a partir de 1º de outubro de 2013, um conjunto de normativos que regulamentam as recomendações do Comitê Basileia relativas à estrutura de capital das instituições financeiras. Conhecidas como Basileia III, as novas regras buscam aprimorar a capacidade destas instituições em absorver os impactos de eventuais crises, fortalecendo a estabilidade financeira e aumentando a quantidade e a qualidade do capital regulamentar.

Estes normativos tratam dos seguintes assuntos:

- Nova metodologia de apuração do capital regulamentar (Patrimônio de Referência - PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II. (Resolução 4.193).
- Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal. (Resolução 4.192).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

No quadro a seguir, estão demonstradas a apuração das exigibilidades de patrimônio de referência e o índice de Basileia:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de referência para comparação com os ativos ponderados pelo risco (RWAs)		
Patrimônio de referência Nível I	<u>31.720</u>	<u>35.268</u>
Patrimônio líquido	31.720	35.268
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	<u>157.896</u>	<u>152.342</u>
Exposição ao risco de crédito - RWAcpad (anteriormente Pepr)	132.757	126.822
Risco operacional - RWAopad (anteriormente Popr)	25.159	25.520
Patrimônio de referência mínimo exigido	12.633	12.187

24. OUTROS ASSUNTOS

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira do Grupo VR, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, não foram constatados impactos nas operações do Banco VR S.A.
